

O Trabalho

A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES SERÁ OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

editorial

A Guerra Social contra os trabalhadores
Em Portugal e no Mundo

Governo, Comissão Europeia e BCE apertam o cerco ao que resta de direitos dos trabalhadores

Há mais de vinte anos que os salários reais baixam em Portugal. Em 2022, terão caído, em média, mais uns 10%.

Enquanto isso, as grandes multinacionais (e nacionais) da energia, da distribuição e de muitos outros sectores embolsam lucros recorde sem mexerem um dedo, pelo simples efeito das sanções americanas e europeias ao regime de Putin.

E que faz o governo do PS? Lembra-se de que foi eleito pelos votos de uma grande parte do povo trabalhador, mobilizado para evitar o regresso dos partidos da troika e da austeridade?

Não, o governo não encontra melhor do que impor novos cortes salariais no Orçamento para 2023 (disfarçados, é claro, de ridículos “aumentos”, muito inferiores à inflação).

Não encontra melhor do que impor uma “Agenda do Trabalho Digno” que mantém a caducidade dos contratos colectivos e consolida a precariedade do emprego.

Não encontra melhor do que impor um “Acordo de Concertação Social” que garante aos patrões que os limitados aumentos do salário mínimo previstos lhes serão reembolsados pela segurança social; e que os aumentos salariais, meramente “de referência” (não vinculativos), para os próximos anos serão, na realidade, cortes salariais, já que muito inferiores à inflação.

Mesmo assim, a CE (Comissão Europeia) chama o governo à pedra: o orçamento para 2023 é de austeridade, mas não chega. Portugal, diz o comissário Gentiloni, arrisca-se a falhar as metas orçamentais se o governo der apoios para compensar o aumento astronómico dos preços da energia. E vem aí de novo o procedimento por défice e/ou dívida excessivo!

Em fins de Julho, o BCE (Banco Central Europeu) anunciara em Lisboa um novo mecanismo monetário, dito antifragmentação, que prevê que os países da UE que entrem em procedimento por défice (ou dívida) excessivo passem a ter a política orçamental, fiscal, económica, social directamente governada de Franqueforte.

Com efeito, a inflação causará inevitavelmente ataques especulativos dos mer-

cados aos países “mais fracos”, fazendo disparar as taxas de juro das suas obrigações do tesouro. Países como Portugal, Grécia, mas também Espanha ou França (ou qualquer um, como diz o BCE), só se salvarão da bancarrota se o BCE lhes comprar obrigações (como fez generalizadamente durante a pandemia, criando a inflação actual). Ora, o BCE só comprará se os governos cumprirem critérios estritos, que os porão, na prática, sob sua tutela directa.

**Unir
os trabalhadores
do público e do privado
para romper o cerco!
Por um caderno
de reivindicações
urgentes
único, nacional, de todos,
para ganhar:**

**Aumento geral imediato
de salários pelo menos
igual à inflação!**

**Indexação dos salários
e pensões à inflação!**

**Congelamento das rendas
e prestações das hipotecas!**

**35 horas para todos,
sem redução de salário!**

**Confisco dos super-lucros
das grandes empresas!**

**Fim da precariedade,
contratos de trabalho
para todos!**

Em Setembro, a CE anunciou, para completar este dispositivo, a restauração dos critérios de Maastricht já para o próximo orçamento (2024) – em regime ainda mais agravado do que antes.

Os governos passarão a “negociar” com a Comissão a despesa máxima autorizada cada ano. Depois cada país faz o seu circo parlamentar “democrático” a fazer de conta que decide alguma coisa, e a seguir a Comissão vigiará milimetricamente se as suas ordens estão a ser

cumpridas.

Pode então o governo de António Costa fazer outra coisa que não seja apertar cada vez mais o garrote aos trabalhadores portugueses?

Poder, podia. Para isso, teria, porém, de romper com o espartilho da CE e do BCE. E fazer uma coisa que hoje é sacrilégio dizer publicamente: restaurar a soberania dos eleitores sobre o orçamento do Estado, o governo da nação, o destino do país.

Como assinalou recentemente um publicista de direita no Público (ver artigo na pág. 2), toda a política em Portugal reduz-se hoje em dia a uma encenação. Os actores fingem ter grandes divergências entre si (liberais! socialistas!, social-democratas!), mas, na realidade, o governante de turno limita-se a obedecer às ordens de Bruxelas e Franqueforte sobre a aplicação da austeridade.

**É POSSÍVEL ROMPER O CERCO
PELA ACÇÃO UNIDA DOS TRABALHADORES
PELAS SUAS REIVINDICAÇÕES COMUNS!**

Nós, d'O Trabalho, dizemos que é possível romper o cerco. Unidos, os trabalhadores são capazes de romper a espiral infernal de empobrecimento do povo para alimentar a guerra, a especulação e o enriquecimento de uma minoria ínfima.

A inflação e a recessão uniram as reivindicações urgentes de todos.

É preciso, pois, realizar por todo o lado plenários de trabalhadores, no público e no privado, que elejam delegados que se coordenem local, regional e nacionalmente com os sindicatos e comissões de trabalhadores para aprovar um caderno de reivindicações urgentes único, nacional, de todos, e organizar acções e manifestações unitárias, de massas, abrindo o caminho para a greve geral se o governo não aceitar o nosso caderno reivindicativo.

Esse movimento convergirá com a resistência dos trabalhadores nos outros países da Europa, com as lutas e as greves em França, na Bélgica, na Alemanha, em Espanha, na Grécia, na Grã-Bretanha. Agora, até, na China (ver páginas internacionais).

**Há um caminho de resistência,
há que trilhá-lo.**

política

A GRANDE ENCENAÇÃO
Todos Sabem, Todos Colaboram

A propósito de um artigo recente de um prócere do “liberalismo”:
para um partido de poder português, o combate ideológico não passa de uma encenação ideológica

Não nos cansamos nem nos cansaremos de chamar a atenção, neste jornal, para o facto de que a subordinação de todos os governos, actual e anteriores, de direita ou “de esquerda”, ao regime dos tratados da União Europeia e da NATO, que exprimem os interesses do grande capital mundial, tem como efeito transformar toda a parafernália “democrática” e “constitucional”, das eleições à votação do orçamento, numa gigantesca encenação para ofuscar a realidade nua e crua.

A realidade nua e crua é que quem manda no destino de Portugal e dos outros países, nas grandes e nas pequenas coisas, são leis e pessoas, em Bruxelas e Franqueforte, que ninguém elege e nenhum eleitor, português ou de qualquer outro país, controla.

E que, conseqüentemente, qualquer governo e qualquer política que queira, mesmo minimamente, defender os interesses da população trabalhadora se encontra imediatamente e a cada passo e mesmo passinho, ante uma escolha simples mas brutal: ou rompe com o quadro daqueles tratados e mecanismos; ou volta-se seu mero instrumento e parte integrante da encenação e ofuscação geral.

A coisa não é só evidente para nós, que dispomos do escalpelo do marxismo.

Pode o leitor objectar: tão evidente não há-

de ser, se o fosse, os dirigentes do PCP, do BE, até do PS, já se teriam apercebido e compreendido que, ao aceitarem as regras do jogo político deste regime, se transformam em esteios dos interesses do grande capital, qualquer que seja a retórica que mantenham.

A objecção será lícita. Só que não colhe. Eles, todos eles, lamentavelmente, sabem sim, apercebem-se muito bem. Todos se apercebem.

A prova mais recente foi dada com todas as letras num texto publicado no jornal *Público*, órgão, bem entendido, do próprio regime, pelo seu regular cronista João Miguel Tavares, arauto professo da “direita esclarecida”.

Sob o esclarecedor título “Do Socialismo ao Neoliberalismo é só um Pulinho”, escreveu JMT (a 27 de Outubro, a propósito de uma obscura polémica entre Costa e a Iniciativa Liberal):

“Não compro essa tese [sobre as razões da zanga de Costa]. O problema é bem mais fundo, e tem menos que ver com o excesso de divergência política do que com a falta dela. Estamos nas mãos dos mercados. Portugal transformou-se nos últimos 20 anos num país totalmente dependente da Europa. Não há vida para além do défice, nem vida para além de Bruxelas. Somos um país estagnado e envelhecido, e o pouco investimento que o Governo faz é com fundos dos países ricos europeus, aos

quais oferecemos em troca a nossa melhor mão-de-obra, porque qualquer jovem ambicioso e qualificado foge de Portugal. Neste contexto, António Costa ou saia da casa europeia (uma loucura) ou acabaria casado com a TINA. Claro que não teve alternativa. Donde, para um partido de poder português, o combate ideológico não passa de uma encenação ideológica. Como se vê. O socialista António Costa de 2015 é afinal o neoliberal António Costa de 2022. O primeiro faz ridículos vídeos de apoio a Lula da Silva de manhã; o segundo abraça a inflação à tarde para diminuir a dívida pública à custa dos rendimentos dos portugueses. O ódio de António Costa à IL é o ódio ao seu reflexo no espelho em 2022.” [sublinhados nossos]

A afirmação de que “sair da casa europeia (JMT quer dizer: da União Europeia)” é uma “loucura”, é, evidentemente, da exclusiva responsabilidade do autor. Reconheça-se, no mais, que é perfeitamente lógica, vinda de um defensor confesso e professo do capitalismo.

No resto, porém, nada a dizer sobre o que JMT diz. E o que ele diz, todos o sabem.

A pergunta que se devolve ao leitor com dúvidas é esta: porque se recusam os dirigentes dos partidos que recolhem os votos dos trabalhadores, que também sabem o que JMT sabe, a dizê-lo alto e bom som?

A dizer: o rei vai nu, alto e pára o baile!

Querem alienar o direito inalienável dos trabalhadores à greve!

José Casimiro

O direito à greve foi duramente conquistado na luta. Da greve e da luta saíram todos os novos direitos e conquistas dos trabalhadores. Mesmo nas condições mais duras do fascismo nunca os trabalhadores abdicaram de lutar e de fazer greve. A greve garante a defesa dos seus interesses laborais, económicos e políticos. Não se concebe democracia sem direito à greve, única verdadeira arma dos fracos contra os fortes.

Mas por isso mesmo ela é odiada. A mobilização, a unidade e a greve torna os fracos mais fortes do que os poderosos – até podem derrubá-los. A greve, cada greve, põe em causa o poder absoluto do patronato. Por isso, sobretudo quando a crise bate à porta – e, hoje, a crise arromba constantemente a porta – o capital tenta limitar ou mesmo suprimir esse direito.

Exemplo mais recente em Portugal: a marcação de extensíssimos “serviços mínimos” na greve do Metro de Lx (e na da CP e da IP) para anular quaisquer efeitos práticos dela. Antes houvera a aniquilação das greves dos estivadores e dos motoristas de matérias perigosas pela “requisição civil” e mesmo militar, com a mobilização da polícia e do exército.

A repressão para esmagar a luta dos trabalhadores e/ou a sua direcção e até proibir pura e simplesmente o exercício do direito de greve é uma tendência crescente do capitalismo decadente.

O Congresso dos EUA acaba de proibir a greve dos ferroviários. Em Inglaterra, o direito à greve e os sindicatos foram alvos do governo de Margaret Thatcher, voltando agora as greves a serem coarctadas pelo mais recente governo de Rishi Sunak. **Um pouco por toda a Europa, os “serviços mínimos” e a “requisição civil” são ferramentas totalitárias da destruição desse direito fundamental dos trabalhadores.**

A mansíssima e integrada *Confederação Europeia de Sindicatos* manifestou, em Setembro, à Comissão Europeia a sua “preocupação” por esta estar a preparar um Regulamento para precaver situações de emergência e garantir que o mercado único é capaz de resistir a crises como a pandemia de Covid. No projecto da Comissão, deixa, pela primeira vez, de se excluir explicitamente o direito à greve e outras formas de luta previstas nas legislações nacionais dos factores que podem definir a situação de crise. Ficaria o caminho aberto para medidas de força contra a acção colectiva dos trabalhadores por “provocar uma crise”.

Sabemos como vivemos tempos de grandes dificuldades para os

trabalhadores e suas famílias. Tempos de guerra, numa Europa subjugada aos ditames dos EUA/NATO face à invasão da Ucrânia pelo exército de Putin. Os Estados canalizam todos os esforços para a guerra, para a financiarização da economia, para aumentar as taxas de lucro das empresas, principalmente das grandes empresas e multinacionais (os lucros das empresas do PSI/20 aumentam 53%, para valor recorde). Enquanto isso, os salários e pensões são esmagados, condenando cada vez mais trabalhadores ao empobrecimento.

O sistema capitalista, que vem juntando crise à crise, junta-lhe agora uma inflação galopante e a ameaça de recessão global. Querem fazer com que sejam os povos, os trabalhadores, os jovens e os pensionistas a pagar a crise; e a subordinação do governo PS aos critérios da U.E. da dívida e do défice **asseguram que a transferência do trabalho para o capital atinja enormes dimensões.**

É uma «guerra social» contra os trabalhadores e os povos. Contra ela, os trabalhadores têm vindo a exercer o seu direito de greve (apesar das tentativas de a condicionar) em diversos setores e empresas, seja na administração pública no seu todo, na hotelaria ou nos refeitórios, no Metro ou na CP, na Autoeuropa ou na Altice/Meo ou na TAP (ver noutro local), levantando-se contra o esmagamento dos salários e da contratação coletiva, a individualização das relações laborais e a precariedade generalizada, os ataques às leis laborais e às chamadas funções sociais do Estado, como a Saúde, a Educação e a Segurança Social.

“Trabalho digno”? Ou fomento e convivência com a crescente uberiização do trabalho? O governo PS codifica todos estes atentados. Fecha os olhos à escravatura e à exploração desenfreada a que são sujeitos centenas de trabalhadores emigrantes nos campos agrícolas do Alentejo, que se alarga a todo o País, ou de milhares de trabalhadores do sector da construção civil trabalhando de forma clandestina e escrava.

Assiste-se em crescendo à desmaterialização do estatuto de cada vez mais trabalhadores plataformizados na era digital, à precariedade e informalidade em nome da «flexibilidade» do modo de produção do capital, a que o governo PS adere sob a capa de “trabalho digno”.

A luta pela dignidade do trabalho impõe-se “para que isto mude!”, em defesa dos direitos individuais e coletivos dos trabalhadores. Para isso, é preciso passar à mobilização mais geral, pela luta toda.

Luta de classes NA TAP, uma batalha decisiva entre o capital e o trabalho

Temos dito neste jornal que as medidas tomadas contra os trabalhadores da TAP são um elemento chave da ofensiva geral em preparação e execução contra os trabalhadores portugueses.

Essa ofensiva inclui o aperto do regime de vigilância do governo português pela Comissão Europeia; inclui o chamado PRR e as transições verde e digital, formas de subsidiar o encerramento de empresas e a criação de desemprego; inclui, na actualidade imediata, a votação do orçamento do Estado para 2023 e o acordo de concertação social, que, em conjunto, aferrolham cortes radicais dos salários e pensões. Inclui, ainda, a utilização da guerra na Ucrânia para desviar milhares de milhões dos serviços sociais e públicos para o armamento para a guerra. Inclui, por fim, a inflação e a política de recessão do BCE e dos bancos centrais do mundo.

Nos dias 8 e 9 de Dezembro, o *Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil* (SNPVAC) convoca dois dias de greve face à proposta de Acordo de Empresa apresentada pela administração da TAP para os tripulantes de cabine.

A proposta da administração da empresa é um passo de gigante no ataque aos direitos e salários destes trabalhadores e para a “uberização” das suas relações laborais. Publicamos na página 4 os comentários de um tripulante da TAP a seu respeito, que, por receio de represálias e assédio moral, pediu anonimato.

A actual administradora da TAP, trazida do estrangeiro pelo governo para cortar a eito e sem piedade na empresa, distribui ameaças (cada vez menos) surdas. A chantagem é clara: ou comem e calam, ou, se fazem muitas greves e perturbações, é o fim da empresa, que “ninguém a vai querer”.

Nos últimos meses, não houve bicho-careta do “comentário” ou respeitável filisteu da classe política que perdesse a oportunidade de escrever algum artigo furibundo a malhar na TAP, aqui d’El-Rei o que ela “nos custa”, aqui d’El Rei que o melhor é acabar com ela ou vendê-la a quem a quiser.

A ofensiva em curso é, pois, pensada, coordenada, concertada. Não visa só a TAP. Visa todos os trabalhadores portugueses (e do resto da Europa). Visa reduzir de forma drástica o “custo do trabalho”. Visa precarizar todas as relações de trabalho. Visa aumentar os lucros para tentar salvar a crise profunda do capitalismo.



Sabendo e sentindo todos nós que estas manobras são uma frente de batalha que inicia e faz parte de uma “guerra interna” contra todos os assalariados deste país, sabemos e sentimos também como é vital que todo o movimento sindical e operário apoie a greve dos tripulantes da TAP.

Mas não só apoie.

Precisamos de lutar todos com eles, ao lado deles; porque aquilo por que eles lutam é aquilo por que todos os outros estamos ou já lutando também ou nos veremos obrigados a lutar em breve.

É não é, sendo assim, possível evitar esta pergunta: se todos o sabemos e o sentimos instintivamente, porque não se concertam, coordenam, urgentemente, porque também elas o sabem, as direcções sindicais e as comissões de trabalhadores de cada região e de todo o país, para abrir o caminho da greve coordenada de todos os sectores atacados?

As restrições crescentes ao direito à greve que os sucessivos governos têm introduzido têm uma razão: eles sabem que a única coisa que os poderá fazer parar é a acção concertada da classe trabalhadora em conjunto, a greve geral que paralise o país e mostre que quem tem mais força é quem trabalha, não a mão cheia de exploradores, mesmo quando controla o Estado e as instituições.

Porque não apelam então os partidos que recolhem o voto dos trabalhadores, coordenada e concertadamente, à resistência geral contra a ofensiva destruidora do capital, à defesa colectiva das conquistas e direitos dos trabalhadores, ao aumento geral dos salários, à sua indexação à inflação, à revogação imediata das leis laborais da troika e, em primeiro lugar, da caducidade dos contratos, ao aumento de todas as pensões e à confiscação dos lucros conseguidos à custa da inflação?

Todos sabemos que esse é o único caminho para podermos viver.

Greve com grande adesão na Autoeuropa em Novembro

A grande comunicação social fez silêncio total sobre a luta

Passou “despercebida” nos meios de comunicação a greve na Autoeuropa nos dias 17 e 18 de Novembro. A greve teve, porém, impacto notório, paralisando 2 horas cada turno, com adesão superior a 70% (segundo o SITE Sul).

As informações que se seguem foram-nos prestadas por um membro da CT (Comissão de Trabalhadores).

O acordo que tinha sido negociado antes da espiral inflacionista garantia aos trabalhadores aumentos de 2% em 2022, já efectuados, e de outros 2% em 2023.

Face à inflação que entretanto transformara tais “aumentos” em cortes salariais, a administração propôs um “prémio” extraordinário de 400€ por trabalhador – sem mexer nos salários propriamente ditos.

Os sindicatos e CT contrapuseram a exigência de aumentos equivalentes à inflação.

A negociação entre a CT e a administração teve várias peripécias.

Assim, quando a administração se declarou disposta a sentar-se à mesa de negociações – antes recusara-se a pretexto de que os acordos estavam fechados e não se podiam renegociar – a maioria da Comissão de Trabalhadores pediu aos sindicatos que cancelassem os pré-avisos de greve.

Como é natural, os sindicatos recusaram-se a fazê-lo. Não é sentar rabos em cadeiras que melhora a vida de quem trabalha.

A greve fez-se, com piquetes à porta da fábrica e com a unidade dos principais sindicatos. Apesar da confusão criada, foi muito seguida em todos os turnos, desempenhando os sindicalistas do STASA papel proeminente.

Na sequência, a administração aceitou alterar a proposta de aumento salarial para 2023 de

2% para 5,2%, assim como antecipar o aumento a Dezembro de 2022.

Contudo, considerando que a inflação em 2022 ultrapassará 10%, este aumento arrancado à administração ainda equivale a um corte salarial, embora menor do que a administração tencionava, graças à mobilização enérgica dos operários.

Os trabalhadores decidirão por referendo, em 8 e 9 de Dezembro, se aceitam ou não o acordo a que CT e administração chegaram.

A resposta ao referendo poderá ser maioritariamente positiva. Na verdade, as ambiguidades e tergiversações das maiorias nas estruturas representativas fazem os trabalhadores descrever da determinação dessas estruturas em encabeçar a luta até ao fim e, portanto, da possibilidade de se realizar a união de todos, que é a condição para obter mais para todos.

Luta de classes

Os comentários de um tripulante da TAP

"A proposta da TAP aos tripulantes de cabine da empresa: inenarrável. Insultuosa"

Salários: Os tripulantes de cabine perderiam, em média, 450 euros líquidos mensais; 1200 euros no caso de um supervisor (topo da carreira). O subsídio de férias passaria a ser calculado só sobre o ordenado base e vencimento de senioridade.

Carreiras: Redução da carreira de comissário de bordo de 5 para 3 categorias, com progressão de 4 em 4, em vez de 3 em 3 anos. Progressão na carreira só sem faltas ao trabalho, mesmo por motivos como doença, nojo, assistência à família, etc., que penalizam por períodos de um ano. Benefícios a quem ceda folgas ou trabalhe em período de férias, convite à disrupção. Em vez de chefe de cabina, passa a haver coordenador de cabine.

Contratos: a termo ou sem termo por decisão da empresa, baseada no processo individual, por critérios como absentismo e produtividade, quando, actualmente, cada tripulante passa a efectivo, no limite, pelo estipulado na lei geral do trabalho, ou passa do quadro de médio curso (que se integra ao entrar na empresa) para o quadro de longo curso.

Regulamentação e direitos: Tempo de trabalho passaria a ser estritamente determinado pelas regras FTL (Flight Time Limitations, base geral do regulamento de quem tem uma profissão dentro de um avião), quando, agora, há uma tabela, mais favorável, regulada no Acordo de Empresa em vigência; o tripulante de cabine passa a poder prestar serviço de terra, se a empresa entender.

A formação inicial de um tripulante passaria a ser paga (nunca foi, ficando, assim, a ser mais um negócio e forma de extorquir, ainda por cima sem garantia de assinatura de contrato após a formação, podendo-se também chumbar).

A composição de tripulações (número de tripulantes por voo) passaria a ser a mínima obrigatória, fazendo tábua rasa do tipo de serviço a bordo (várias classes, inúmeras rotinas de serviço). Lugares de descanso/tomada de refeição, em voos de longo curso, deixariam de existir.

A empresa passaria a poder contactar os tripulantes de cabine a qualquer hora, inclusive durante as folgas. Os planeamentos mensais passariam a poder ser alterados pela empresa a qualquer momento, por acordo ou "disfunção", ou seja, sempre.

Folgas de fim-de-semana passariam a ser duas a cada dois meses. Períodos nocturnos e circadianos desaparecem: para a TAP, é sempre de dia!

Deixa de ser obrigatório consultar o tripulante se deseja voar para zonas endémicas, pandémicas e em guerra, passando a ser obrigado, sem direito a qualquer compensação. Designação da função de coordenador de cabine em vez de chefe de cabine abre caminho para a sua extinção, permitindo que um voo saia sem um tripulante com essa função.

Regulamento das base operacionais: os tripulantes que entrem na TAP são colocados na base que a empresa entender

durante ano e meio! Hoje isso não existe: quando se concorre, a base é Lisboa. Mais tarde, e por escolha do trabalhador, este pode mudar a sua base para o Porto. E é a empresa que abre esse oportunidade, de acordo com as suas necessidades. E os tripulantes interessados aceitam ou não, de acordo com a sua antiguidade na empresa.

A assistência passaria a poder ser feita fora da base, ou seja, mandam-nos para Luanda, e ficamos ali a fazer voos dentro de África, voltamos para casa dias depois, como a empresa entender. Actualmente o serviço de assistência é exclusivamente na base de cada tripulante, constando essa (Lisboa ou Porto) no seu contrato de trabalho.

Parentalidade: licenças passariam a ter dias mínimos; deixaria de haver complementos, deixaria de haver possibilidade de trabalho em terra e regime de amamentação (acabar a obrigatoriedade de nomear as mães para serviços de voos com o máximo de 9h (tempo de ir e vir para casa) entre as 06:30 e as 20:30, passando a não existir regra nenhuma. A criança que beba leite Ucal...

O infantário que o campus da TAP possuía para os cerca de 7000 trabalhadores e que respondia às necessidades reais numa empresa que trabalha 24h/7dias por semana, todos os dias do ano, e em que, em muitos casos, pai e mãe são funcionários da empresa, já desapareceu. Era um infantário que acolhia os filhos dia e noite e serviu de exemplo a muitas outras empresas, ensinando o que deve ser uma empresa que em 2019, tinha cerca de 11000 trabalhadores.

Convocada pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública (CGTP) realizou-se no dia 18 uma greve geral contra a proposta de atualização salarial do governo que não dá resposta à perda de poder de compra verificada em 2022 e que, em 2023, aprofundará o empobrecimento dos trabalhadores da Administração Pública. Participaram na greve trabalhadores de todos os sectores da Administração Pública, em todo o país, com particular ênfase no ensino, saúde, recolha de resíduos sólidos, entre outros, com taxas de adesão dos 70% a 90%, de acordo com os sindicatos.

Os enfermeiros cumpriram três dias de greve (17, 22 e 23 de Novembro) convocados pelo *Sindicato dos Enfermeiros Portugueses* (SEP – CGTP) que, segundo a dirigente Guadalupe Simões, registaram uma adesão global superior a 50%. Com esta paralisação, o SEP espera que o ministério de Manuel Pizarro agende uma reunião para iniciar negociações destinadas a repor a paridade entre a carreira de enfermagem e a de técnico superior da Administração Pública, alegando que se verifica uma discriminação em todos os níveis remuneratórios. Além disso, o sindicato reivindica o pagamento da reposição dos pontos da carreira com retroactivos a Janeiro de 2018 e não deste ano, como decidiu o Governo recentemente.

Os maquinistas da Metro Sul do Tejo estiveram em greve, por aumentos salariais e melhores condições de trabalho, de 15 a 19 de Novembro. A greve convocada pelo *Sindicato dos Maquinistas* (SMAQ), iniciou-se na terça-feira, nesse dia apenas à prestação de trabalho suplementar, incluindo o trabalho em dia de descanso semanal e a todos os serviços com duração superior a oito horas. Na quarta, quinta e sexta-feira, abrangeu "a prestação de todo e qualquer trabalho". No sábado, a paralisação voltou apenas a ser ao trabalho suplementar e a todos os serviços com duração superior a oito horas. Terão sido sentidas "fortes perturbações" no serviço decorrentes de uma grande adesão dos trabalhadores. A empresa adiantou que terão sido efetuadas apenas 25% das

Na Valorsul uma greve "por aumentos salariais, em que as propostas feitas pela empresa não repõem o poder de compra dos trabalhadores e levam a uma grande perda, tendo em conta a inflação e a carestia de vida", nos dias 2 a 5 de Novembro, levou à paragem a 100% na *Central de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos* (CTRSU), enquanto outras unidades "estiveram a meio gás" (declarações à Lusa de Mário Matos, do *Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Atividades do Ambiente do Centro Sul e Regiões Autónomas* (SITE/CRSA) e também trabalhador na empresa.

Algumas greves realizadas em Novembro

ensino

A PROPÓSITO DE UMA OPORTUNA OBSERVAÇÃO DE UM DEFENSOR DA ESCOLA PÚBLICA

É suficientemente raro alguém ser autorizado a tomar no jornal Público posições que se afastem da reverência liberal à TINA e ao governo para merecer menção neste jornal.

O publicista e professor Santana Castilho escreveu no dia 23 de Novembro uma crónica em que chama pelos nomes os bois da destruição do ensino público à solta no Ministério da Educação, agora a propósito da regionalização das nomeações.

Mas Santana Castilho refere-se também a algo que é uma das chaves para perceber por que tem sido tão difícil aos trabalhadores em geral – não só aos professores – oporem resistência eficaz à política destrutiva deste e de anteriores governos: e não é a pretensa desmobilização da classe, sempre tão lastimada pelos dirigentes sindicais e políticos. Bem pelo contrário.

Embora só mencione explicitamente um sindicato – que acaba até por ser um dos mais

combativos dos professores – as observações do prof. Castilho põem o dedo na ferida:

“Os professores mergulharam num limbo, onde cresce o cansaço e a resignação. O desânimo que os assola radica na impotência dos sindicatos para os defender das decisões tirânicas do Governo. Com efeito, os sindicatos persistem na representação do papel de lamuriosas vítimas enganadas e as lutas sindicais estão cada vez mais aprisionadas pelos interesses das conjunturas partidárias e cada vez menos centradas na eficácia da defesa dos interesses profissionais dos seus representados. Circunscrevem-se à repeição de rotinas e coreografias simbólicas, que fogem sempre dos pontos críticos, onde a intervenção provocaria as almejadas mudanças nas relações de poder. Por medo reverencial e iniciativa nula.

Neste quadro, o STOP (Sindicato de Todos Os Professores) promoveu aquilo a que chamou

uma sondagem, para apurar que tipo de luta os professores estão dispostos a personificar. Mais um erro do sindicalismo de coro. Há momentos em que o recurso a ouvir as bases denuncia tibieza. Particularmente ante um adversário que não ouve e age humilhando. As bases não precisam, agora, que lhes devolvam a palavra. Precisam de liderança que as galvanize. Precisam de uma convocatória que arrede o medo, some adesões pela ousadia e proteja a sua moleza das botas que a calcam. Ante a tormenta que se avizinha, a participação democrática vem depois do grito de revolta. É preciso que alguém o dê! É preciso convocar, não sondar.”

Sem tirar nem pôr. Os trabalhadores estão fartos de acções simbólicas e rituais para marcar presença. Mobilizar-se-ão em massa, sim, se virem nos seus dirigentes a determinação e a coragem que lhes transmita o sentimento de que é possível ganhar.

O desastre do ensino público

José Oliveira

Desde há muito que os sucessivos governos do centrão têm procurado minar o sistema educativo, com especial destaque para as permanentes ofensivas contra o corpo docente, entre muitas outras medidas.

O presente título é plenamente justificado se olharmos para alguns indicadores mais significativos. Só este ano, cerca de 2.400 docentes vão aposentar-se. A média mensal é de 200 a 300, tendência esta que já vem de longe, mas se tem acentuado. É praticamente impossível que um sistema educativo possa resistir a tão grave sangria.

Em vez de encetar medidas para resolver os problemas, embora os reconheça, o consulado do ministro João Costa, como os dos seus antecessores sob o primeiro-ministro Costa, apenas têm avançado com actos casuísticos pontuais, meramente paliativos.

Em vez de procurar melhorar as penosas condições de trabalho desta classe profissional (80% do trabalho dos professores é meramente burocrático e nada tem a ver com o ensino) e minorar a precarização, o ME tem vindo a agravar sobremaneira o mal-estar nas escolas.

Na sequência da lamentável municipalização do ensino e do excesso de horas de trabalho, o ministro João acaba de tirar um novo coelho da sua inefável cartola. Após sucessivas directrizes tendentes ao esvaziamento do concurso nacional de provimento, único dispositivo que ainda conferia alguma luz de equidade e justiça no acesso dos docentes às escolas, **o ministério da 24 de Julho acaba de criar os Conselhos Regionais de Directores com alargados poderes discricionários para escolhe-**

rem os profissionais a integrar nas suas escolas, abrindo assim descaradamente as portas ao mais básico amiguismo, compadrio, subserviência, tráfico de influências, partidarismos e o mais que seja.

Como se compreende, **esta medida** integrada no contexto de muitas outras que a antecederam **não poderá deixar de causar a maior revolta no seio da classe e de ter as mais gravosas consequências na capacidade e desempenho do sistema**, já antes seriamente afectado pela interminável série de problemas que o ministro João agrava em vez de resolver. De entre esses, podemos salientar o dispositivo que restringe drasticamente a possibilidade de os docentes enfermos escolherem escolas mais próximas da sua residência. Foi precisamente na sequência desta medida que veio a falecer uma professora sofrendo de cancro.

Por outro lado, e voltando ainda um pouco atrás, **a crónica e crescente falta de profissionais vai obrigar o ME a incorporar pessoal menos habilitado, logo ainda mais mal pago, para suprir as carências, tendo como corolário óbvio a evidente queda na qualidade do ensino prestado pela escola pública.**

De todo este lamentável panorama aqui apenas levemente esboçado, resulta necessariamente que os grandes perdedores são os jovens e suas famílias, os destinatários últimos da educação pública.

Entretanto o governo procura exibir internacionalmente alguns números estatísticos com o objectivo de esconder os desastres e varrer o lixo para debaixo do tapete.

saúde

O desastre do Serviço Nacional de Saúde

Na sequência de uma pandemia muito dura para os profissionais de saúde, fomos brindados, durante o verão, com os encerramentos de maternidades e urgências de obstetria aos fins de semana e, já em Novembro, com os problemas nas urgências, originados pelo aumento de afluência provocado pelos inúmeros casos de infecções respiratórias, próprios da época, (em que pacientes com pulseiras amarelas chegaram a ter de esperar até 24 horas para serem atendidos).

No verão, Marta Temido desculpou-se com as férias dos profissionais - que asseguraram, sem descanso, o combate à pandemia e continuam a segurar um SNS debilitado pela acção de sucessivos governos PS e PSD.

Agora, Manuel Pizarro, a nova cara de Costa para a saúde, desvalorizou o caos nas urgências: *“Não acho que haja nenhum caos, acho que há uma afluência aumentada à urgência.” (...) é uma situação de pressão e maior dificuldade e está longe de ser um caos”.*

Na verdade o problema dos serviços de urgência em todo o país não é um problema sazonal ou de pressões pontuais; é, sim, o resultado das sucessivas políticas de ataque ao SNS que:

- **têm desfalcado estes serviços, que lutam, actualmente, com uma falta crónica de profissionais de saúde em múltiplas especialidades;**
- **têm diminuído a capacidade de resposta a nível dos cuidados de saúde primários** (de acordo com a Ordem dos Médicos, em Janeiro deste ano, 4 milhões de portugueses não tinham acesso a médico de família) que deveriam assegurar os cuidados preventivos e o acompanhamento dos doentes crónicos.

Orgulhoso, Medina apresentou 1.177 milhões de euros de reforço do orçamento da saúde para 2023 (+10.5%).

No entanto, o aumento da despesa com pessoal previsto fica-se pelos 2,9%, enquanto a despesa em aquisição de bens e serviços (que abrange despesas com “outsourcings” e parcerias público-privadas) é incrementada em 3,7%.

Ou seja, uma verdadeira política para reerguer o Serviço Nacional de Saúde ao nível de um bem público compatível com o seu carácter de primeira necessidade para toda a população mantém-se fora do horizonte do governo Costa.

• conferência mundial contra a guerra e a exploração, pela internacional operária

• conferência mundial de mulheres trabalhadoras

Paris, 29 e 30 de Outubro de 2022

Realizaram-se!

Por iniciativa do COI (*Comité Operário Internacional Contra a Guerra e a Exploração, Pela Internacional Operária*), fundado em Novembro de 2016, numa Conferência Mundial Aberta realizada em Mumbai, Índia.

A Conferência Internacional de Mulheres Trabalhadoras reuniu delegadas de 19 países. Adoptou um apelo para o 8 de Março de 2023 (ver pág.7) e decidiu constituir o Comité Internacional de Defesa das Mulheres Afegãs.

A Conferência Mundial Contra a Guerra e a Exploração, Pela Internacional Operária, reuniu delegados de 32 países. Delegados de outros 11 países não puderam participar por lhes terem sido recusados vistos, devido às condições da repressão nos seus próprios países ou por outras razões.

A conferência decidiu apelar a iniciativas no mundo inteiro contra a guerra nos dias 9, 10 e 11 de Dezembro.

O Apelo resultante da Conferência e assinado pelos participantes (ao lado) é posto à subscrição (ver pág.7).

A conferência registou e apoiou igualmente as iniciativas e campanhas apresentadas pelos delegados ao longo das 47 intervenções:

- As iniciativas da conferência internacional de mulheres trabalhadoras, especialmente a constituição do Comité Internacional de Defesa das Mulheres Afegãs.
- O apelo a apoiar as famílias dos presos na Rússia e a campanha internacional pela libertação do sindicalista Kirill Ukrainsev.
- O apelo a apoiar a campanha internacional pela sindicalização dos trabalhadores da Amazon.
- O apelo de militantes chineses a que “em todos os países os trabalhadores se levantem para combater os preparativos de guerra contra o povo chinês”.
- O apelo à solidariedade e campanha financeira em apoio à Casa Obrera del Bajío no México.
- O apelo ao levantamento imediato das sanções internacionais contra o Zimbabué.
- O apelo à oposição à intervenção americana e da ONU no Haiti.
- O apelo dos delegados indianos e paquistaneses à denúncia da opressão de que são vítimas as mulheres de Caxemira, que sofrem com a guerra permanente.
- O apelo do delegado britânico a apoiar a greve dos estivadores de Liverpool pelas suas reivindicações salariais.
- O apelo do representante da associação Secular Palestine – que luta por uma Palestina laica e democrática e pelo direito ao retorno dos refugiados – a apoiar a luta do povo palestino pelos seus direitos.

O apelo, lançado na conferência internacional de mulheres trabalhadoras por uma delegada húngara, contra a opressão das populações roma da Europa, populações que merecem a solidariedade dos trabalhadores do mundo.

Mais informação ver: <https://coi-iwc.org>

Conferência Mundial de Mulheres Trabalhadoras

APELO PARA O 8 DE MARÇO

Nós, delegadas à Conferência Internacional de Mulheres Trabalhadoras que decorreu no dia 29 de Outubro de 2022, reivindicamos a continuidade das conferências da Internacional das Mulheres Socialistas, especialmente no que se refere à luta pela defesa e conquista dos nossos direitos, mas também à luta contra a guerra.

Todos os dias se observa como o sistema capitalista é cada vez mais incapaz de realizar a igualdade efectiva entre homens e mulheres e permitir a emancipação das mulheres. Pelo contrário, todos os nossos governos passam o tempo a atentar, de várias formas, contra os nossos direitos em todos os domínios (democrático, social, jurídico, etc.).

A luta das mulheres pelas suas reivindicações específicas, a luta pela igualdade salarial e jurídica, a luta pela conquista e reconquista dos direitos democráticos, a luta contra o patriarcado e pela nossa emancipação requerem uma ligação estreita às lutas do movimento operário como um todo, à luta contra a exploração capitalista.

Nos nossos países respectivos, propomo-nos, no 8 de Março de 2023, dia internacional dos direitos das mulheres, ser portadoras desta mensagem nas iniciativas tomadas (reuniões públicas, concentrações, manifestações, etc.).

COMITÉ INTERNACIONAL DE DEFESA DAS MULHERES AFEGÃS

As delegadas à Conferência Internacional de Mulheres Trabalhadoras, realizada em 29 de outubro de 2022, tendo recebido a mensagem do Movimento Espontâneo de Mulheres Afegãs endereçado à nossa conferência, decidimos formar um Comité

Internacional de Defesa das Mulheres Afegãs que se manifestam contra o regime.

A mensagem descreve a perseguição às mulheres afegãs pelo regime Talibã, bem como os protestos contra o regime de mulheres alvo desses ataques.

Mensagem do “Movimento Espontâneo de Mulheres Afegãs” à Conferência Internacional de Mulheres Trabalhadoras (28 de outubro de 2022, Cabul)

Hoje, as mulheres afegãs vivem nas condições mais misóginas e privadas de todos os seus direitos humanos e civis. As activistas afegãs formaram o seu próprio movimento de protesto após o estabelecimento do regime talibã, em agosto de 2021. Este movimento vem organizando manifestações de mulheres nas cidades de Cabul, Jalalabad, Herat, Mazar-e-Sharif e Bamiyan, com as palavras de ordem: “pão, trabalho, liberdade”. [...]

Os serviços de informações talibãs identificam mulheres activistas e participantes nas acções de protesto, detendo-as nas manifestações, no final dos desfiles ou mais tarde nas suas casas e prendendo-as e torturando-as nas suas prisões oficiais ou privadas (o novo relatório das Nações Unidas de Setembro de 2022 confirma a existência de prisões clandestinas talibãs e a tortura de prisioneiras). [...]

Não se sabe quantas mulheres manifestantes e combatentes pela liberdade estão nas prisões oficiais e clandestinas talibãs e em que condições se encontram. As organizações de direitos humanos nacionais e estrangeiras e os familiares das presas não têm acesso a elas. [...] Algumas mulheres libertadas das prisões talibãs falam em tortura, agressão sexual, ameaças de morte contra familiares, negação de acesso a advogado e falta de comunicação com os familiares. [...] existem actualmente centenas de outras mulheres lutadoras, socialistas, laicas, feministas, activistas da sociedade civil, defensoras dos direitos das mulheres, jornalistas, professoras, estudantes universitárias e do ensino secundário e donas de casa, perseguidas pelos talibãs e forçadas a viver na clandestinidade [...]. As mulheres activistas são perseguidas e correm perigo de vida.

Por tudo isto, o “Movimento Espontâneo de Mulheres Afegãs” dirige às lutadoras e às forças progressistas na França, Alemanha, América e outros países da o mundo as seguintes propostas:

- Formação de um Comité Internacional de Defesa das Mulheres Afegãs.
- Apoio das principais organizações internacionais de defesa dos direitos das mulheres e dos direitos humanos à identificação das mulheres encarceradas em prisões talibãs, oficiais ou clandestinas.
- Lançamento de uma campanha internacional pela libertação de manifestantes femininas das prisões talibãs.
- Acção por todos os meios para proteger as mulheres procuradas e ameaçadas no Afeganistão.
- Criar movimentos de solidariedade internacional das mulheres para com as mulheres combatentes do Afeganistão.
- Recolher ajuda financeira para as famílias das mulheres presas e procuradas.

Por este meio, decidimos divulgar amplamente a mensagem das nossas irmãs afegãs nos nossos respectivos países, em particular, os seis pedidos que aparecem na conclusão deste texto (ver caixa acima).

Para pôr em prática os pedidos que nos

apresentaram, apelamos a todas as mulheres e homens comprometidos com a defesa dos direitos democráticos e das mulheres para integrar o comité internacional com o objectivo de organizar a campanha.



Apelo da Conferência Mundial Contra a Guerra e a Exploração, Pela Internacional Operária

Nós, trabalhadores, jovens, militantes do movimento operário e democrático, vindos de 47 países de todos os continentes, fazemos nossa a frase proferida por Jean Jaurès, figura histórica do socialismo internacional, na véspera da deflagração da guerra de 1914:

“O capitalismo carrega a guerra como a nuvem carrega a trovoadora.”

Esta fórmula mantém toda a sua actualidade.

Em 2022, guerras estão devastando todos os continentes, provocando massacres, devastação, fome e epidemias. Dezenas de milhões de pessoas estão sendo expulsas dos seus países. Assistimos a um espantoso recuo da civilização humana, ameaçada de desaparecimento puro e simples.

Os povos e trabalhadores do mundo inteiro são contra a guerra. Sabem que ela significa sempre mais opressão e mais exploração.

Nós declaramos sem a mais pequena hesitação que estas guerras, a destruição e barbárie que elas causam, são fruto da decomposição do sistema capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção. Um sistema que, para colher cada vez mais lucros, não recua ante nenhuma agressão.

Os trabalhadores sabem que, em nome do “esforço de guerra”, todos os governos, estejam eles de que lado da linha da frente estiverem, estão organizando a desregulamentação, o desemprego, a destruição do ensino e dos serviços públicos, o desmantelamento de fábricas, a desertificação dos campos. Os trabalhadores sabem que a guerra é sempre usada pelos governos para forçar as organizações de trabalhadores a renunciarem à sua independência e submeterem-se ao Estado.

Como todos os trabalhadores, nós condenamos a guerra iniciada por ordem do presidente Putin no dia 24 de Fevereiro de 2022 na Ucrânia. Pronunciámo-nos desde o início do conflito pela retirada das tropas russas deste país.

Como todos os trabalhadores, nós observamos que as grandes potências capitalistas, sob a égide da administração Biden, da NATO e da União Europeia, tudo fizeram para provocar o conflito e tudo têm feito para atirá-lo.

No momento em que nos reunimos, mais de 100.000 soldados do exército americano estão estacionados na Europa. Dezenas de milhares de homens estão concentrados pela NATO na fronteira ucraniana e russa. Os Estados Unidos e a União Europeia já afectaram 140 mil milhões de dólares ao esforço de guerra, principalmente para armar a Ucrânia. Os responsáveis políticos e os meios de comunicação referem abertamente o risco de uma possível terceira guerra mundial e de recurso à arma nuclear.

Os trabalhadores não se iludem: a intervenção crescente das potências imperialistas na Ucrânia visa ampliar o domínio

das multinacionais, nomeadamente das americanas, ao mundo inteiro. O presidente Biden preveniu que o alvo, além da Rússia, seria a China.

A cada minuto que passa, os governos estão gastando 4 milhões de dólares para a guerra. Sim, 4 milhões de dólares por minuto para a guerra, mais de 2,1 biliões por ano! Enquanto isso, a fome no mundo afecta 800 milhões de pessoas, a insegurança alimentar toca 2.300 milhões de seres humanos, números que estão a aumentar constantemente. 4 milhões de dólares por minuto para a guerra! Enquanto para salvar dezenas de milhões de crianças, que morrem todos os anos de doenças cuja cura é conhecida e possível, faltam quantias irrisórias.

Por estas razões, exigindo a retirada das tropas russas da Ucrânia, nós exigimos igualmente a retirada das tropas americanas e da NATO da Europa. Pronunciámo-nos pelo desmantelamento da NATO, pela retirada de todas as tropas estrangeiras de ocupação de todos os países do mundo e pelo fim de todas as intervenções imperialistas e neocoloniais. A guerra na Ucrânia é, com efeito, indissociável da longa cadeia de guerras que, desde há mais de meio século, têm devastado todos os continentes, guerras sempre fomentadas pelas potências capitalistas, guerras cujo mapa coincide geralmente com o das riquezas dos sub-solos.

Os trabalhadores não têm nenhum interesse comum com as multinacionais, nem com os capitalistas dos vários países, nem com os seus próprios governos.

No entanto, é impossível fugir à evidência de que, nos principais países capitalistas, os dirigentes das organizações de trabalhadores se têm recusado a opor-se realmente à guerra. Nos Estados Unidos, dão apoio às empresas guerreiras do presidente Biden; no Parlamento Europeu, os seus deputados votam resoluções que agravam as sanções contra o povo russo, armam os beligerantes e reforçam os laços com a NATO.

Nós apelamos a todos os trabalhadores e à juventude, aos militantes do movimento operário de todas as origens, às organizações de trabalhadores:

Rejeitemos todas as formas de “união sagrada” com os governos fautores de guerra e os capitalistas cujos interesses esses governos defendem. A única união que serve a causa da paz e da justiça social é a união dos trabalhadores e dos povos do mundo inteiro.

Abaixo a guerra! Abaixo a exploração!
Trabalhadores de todo o mundo,
organizações de trabalhadores, povos oprimidos,
unamo-nos contra a guerra e a exploração,
para impor a paz e preservar o futuro da humanidade.

Lista de primeiros subscritores, no boletim do COI:
http://ainternacional.pt/drupal/sites/default/files/COI_223_PT.pdf

Associa-te à constituição do Comité Internacional de Defesa das Mulheres Afegãs
 Envia um e-mail com o seguinte texto:
 Associa-me publicamente à constituição do Comité Internacional de Defesa das Mulheres Afegãs.
 Apelido: _____ Nome: _____ País: _____
 Na qualidade de: _____ Contacto: _____
 para: afghanistanwomen2022@gmail.com

Subscreve o Apelo
 Envia um e-mail com o seguinte texto:
 Associa-me publicamente ao Apelo da Conferência Mundial Contra a Guerra e a Exploração, Pela Internacional Operária.
 Apelido: _____ Nome: _____ País: _____
 Na qualidade de: _____ Contacto: _____
 para: owcumbai2016@gmail.com

bélgica

9 de Novembro: a Bélgica paralisada pela greve A GREVE GERAL "ATÉ AO FIM" NA ORDEM DO DIA

Os trabalhadores belgas recusam-se a arcar sozinhos com o fardo da crise do custo de vida. O pagamento de dividendos aos acionistas aumentou 25% em 2022. Já os preços dos bens de primeira necessidade e da energia dispararam (gás: +130%; eletricidade: +85%; num ano!) e os aumentos salariais negociados são limitados por uma lei restritiva, de 1996, que impõe um teto aos aumentos pela negociação colectiva.

Esse limite ficou em 0,4% de aumento após a indexação em 2021 e deverá ser de 0% este ano! Enquanto isso, as margens de lucro das empresas com sede na Bélgica atingiram um recorde de 46% este ano (36% em 1996, quando a lei foi promulgada).

A pressão da mobilização sobre as direcções sindicais conduziu a uma demonstração de força da classe trabalhadora belga, que paralisou o país. Escolas, transportes, fábricas: do Norte flamengo ao Sul de língua francesa, os trabalhadores uniram-se contra o governo e os patrões.

A aspiração à unidade obrigou os líderes do FGTB (socialista), do CSC (sindicato cristão) e do CGSLB (liberal) a convocar uma greve como "frente sindical comum". A greve congregou novas camadas de trabalhadores.

Ouviu-se de todo o lado a reivindicação de aumentos salariais e congelamento de preços. Muitos sindicalistas denunciaram a lei de congelamento salarial de 1996.

O estado de espírito da maioria dos grevistas era de que uma jornada de acção de 24 horas, por mais poderosa que fosse, não seria suficiente. Na página do FGTB no Facebook, os sindicalistas manifestaram-se:

- "Um dia não chega: temos que fazer greve "até ao fim" [ou seja, greve geral até à satisfação de todas as reivindicações].
- "Vamos, sindicatos: é preciso mais! Vocês estão aqui para representar os trabalhadores de acordo com a sua vontade!"
- "Então, vermelhos, verdes e azuis [ou seja, os sindicatos FGTB, socialista, CSC, cristão e CGSLB, liberal], greve até ao fim? Ou devemos esperar até não podermos pagar as contas e alimentar os filhos?"



Piquete de greve. No coleto da direita lê-se:

"Quem semeia a fome, colhe a cólera. Tudo está caro demais."

Para os trabalhadores, a questão da "greve até ao fim" está na ordem do dia. Mas a política de divisão das cúpulas redobra, pois os dirigentes sindicais não querem derrubar um governo no qual ministros do Partido Socialista se sentam ao lado dos dos partidos burgueses.

O Partido do Trabalho da Bélgica (PTB, na oposição parlamentar) fez campanha dizendo: "Ministros do PS, recusem-se a aplicar a lei de bloqueio salarial!".

Mas poderão os ministros do PS "pesar" a favor dos trabalhadores a partir do interior do governo... sem romper com ele?!

O folheto do Comité Unité-Eenheidscomité distribuído nos piquetes de greve recorda que o governo de coligação "defende os interesses dos patrões aumentando a flexibilidade e aumentando as despesas militares, sob as ordens da NATO, enquanto isso organizando um desfalque de mil milhões de euros da Segurança Social. Os trabalhadores têm o direito de se dirigir ao PS-Voorruit [os partidos socialistas francófono e flamengo] e ao PT e dizer-lhes que:

"Mudem de política, lutem juntos por um governo de justiça social! Ministros socialistas, acabem com a aliança com os liberais, saiam já do governo federal (...). Avante por um governo que vá buscar o dinheiro onde ele está: 66 mil milhões de dividendos distribuídos o ano passado aos acionistas, 6 mil milhões de lucros dos principais bancos! (...) Sim, os trabalhadores precisam de outro governo para conseguir a satisfação das suas reivindicações! "

grécia

9 de Novembro: GREVE GERAL DE 24 HORAS

Realizou-se na Grécia, a 9 de Novembro, uma greve geral de 24 horas, convocada pela Confederação Geral dos Trabalhadores da Grécia (GSEE – a confederação dos trabalhadores do sector privado) e pela Administração Suprema dos Sindicatos dos Funcionários Públicos (ADEDY – a confederação dos trabalhadores do sector público) contra o crescente agravamento das condições de vida da classe trabalhadora (a quarta em 18 meses e, sem dúvida, a maior).

Uma vez mais o medo dos despedimentos e represálias dos patrões no sector privado – limitador da organização sindical –, mas também a própria pressão sobre o padrão de vida dos trabalhadores devido à inflação, que geralmente é maior neste sector, onde os salários são mais baixos, fez com que a grande participação tenha tido origem na maioria dos locais de concentração de trabalhadores do sector público, e em alguns dos seus equivalentes no sector privado.

Centenas de milhares de trabalhadores, por toda a Grécia, aderiram à greve. Dezenas de milhares participaram também em comícios grevistas organizados em mais de 70 cidades, acompanhados de trabalhadores por conta própria, desempregados, estudantes e pensionistas. Tudo isto,

- apesar das tentativas do governo para intimidar os trabalhadores, com acções como a tentativa de apelar aos tribunais para declarar ilegal a greve dos transportes públicos, num esforço desesperado para impedir a participação nas manifestações de Atenas, onde mais de 50.000 trabalhadores encheram o centro da capital, tendo, grande parte,

participado no comício e manifestação organizados pela PAME (Frente Militante de Todos os Trabalhadores - frente operária do Partido Comunista, o KKE);

- apesar da atitude adotada pelos líderes dos sindicatos e partidos operários; a maioria dos trabalhadores já percebeu, há muito, que as direcções burocráticas dos sindicatos usam as greves gerais de 24 horas como "válvulas de escape" para o descontentamento dos trabalhadores, sem a mínima determinação de travar uma luta "até ao fim".

O mesmo desapontamento se aplica aos líderes políticos dos partidos "de esquerda" (SYRIZA, KKE), sem qualquer vontade de apresentar programas ou políticas capazes de levar a classe trabalhadora ao derrube do governo anti-operário de Mitsotakis; porque, em última análise, são incapazes de romper com a burguesia, como ficou demonstrado pelo governo Tsipras.

Esta greve geral não deixa, ainda assim, e contra as manobras e táticas dos sindicatos e lideranças políticas, de poder constituir uma alavanca para a criação de condições para os trabalhadores e as bases sindicais exigirem e tentarem forçar a criação de uma frente única de massas, com a participação e acção conjunta de todos os sindicatos e partidos apoiados pela classe trabalhadora e que declaram apoiar as reivindicações do movimento operário (SYRIZA, KKE, MeRA25), capaz de levar a uma escalada da luta contra a ofensiva do capital.

Só a classe trabalhadora unida e mobilizada terá a vontade e o poder de expulsar o governo reaccionário e corrupto da Nova Democracia.

espanha

MADRID CONTRA AYUSO



Domingo, 13 de Novembro, as ruas de Madrid são invadidas por centenas de milhares de pessoas numa manifestação em defesa do serviço de saúde público, contra a política de saúde do governo da Comunidade Autónoma de Madrid, liderado por Isabel Ayuso, do Partido Popular (PP).

A manifestação, convocada pelas associações de moradores de Madrid e de outras das principais cidades da Comunidade Autónoma, foi apoiada pelas principais associações de profissionais da saúde, sindicatos e partidos da "esquerda" e contou com a presença de 200 a 650 mil manifestantes (números das autoridades e organização).

Os motivos por trás desta mobilização maciça residem na política do Governo da Comunidade de desmantelamento dos serviços de saúde públicos e, recentemente, dos cuidados primários e serviços de emergência nos centros de proximidade.

A vontade da classe operária de se mobilizar contra esta situação ficou bem clara na manifestação do passado dia 13, que mostrou também a mudança de disposição de alguns sectores da classe média que anteriormente apoiaram Ayuso e PP.

A manifestação de Madrid mostrou que o caminho a seguir pelos sindicatos e organizações de trabalhadores, associações de moradores e movimentos sociais é juntar forças, alargar as reivindicações para além das questões da saúde, promover a mobilização maciça da classe trabalhadora contra o(s) governo(s) da burguesia!

china

REVOLTA OPERÁRIA E POPULAR CONTRA OS CONFINAMENTOS BUROCRÁTICOS E CONTRA A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA NAS FÁBRICAS DAS MULTINACIONAIS

Têm-se tornado virais imagens de confrontos entre jovens trabalhadores da fábrica da empresa Foxconn em Zhengzhou, na China continental, e a polícia.

A Foxconn é uma empresa taiwanesa de montagem de telefones e computadores que, nas suas doze fábricas, sobre-explora centenas de milhares de trabalhadores chineses (800.000 em 2020).

No final de Outubro, na fábrica de Zhengzhou, onde mais de 200.000 trabalhadores montam iPhones para a Apple, as autoridades impuseram um confinamento Covid, mas sem parar a produção: trabalhadores não infectados cruzavam-se com os colegas doentes nas linhas de produção e passavam as noites nos mesmos dormitórios.

Houve manifestações de protesto dentro da fábrica. Temendo o contágio devido à concentração de trabalhadores e desconfiando da forma como a empresa lidava com o surto, centenas fugiram com as suas bagagens, escalando os muros da fábrica e indo para casa, apesar das ameaças de não receberem os salários. Um trabalhador: “Pedimos dois dias de folga. Mas é inútil porque a Foxconn coloca sempre a produção à frente da vida humana. A vida humana não significa nada para aquela gente.”

Para Terry Gou, o patrão bilionário da Foxconn, era a hora de apelar às chefias do Partido Comunista Chinês (PCC), que sempre lhe concederam todos os meios e facilidades. A chamada foi atendida: contrataram-se quadros do partido das aldeias vizinhas, a termo, para as linhas de produção, chamaram-se em reforço reformados do exército, mas ainda dezenas de milhares de jovens desempregados, a quem prometeram salários e prémios acima da norma usual.

Porém, na hora de pagamento, as promessas não se cumpriram. Manifestações irromperam na fábrica com a palavra de ordem “Defendamos os nossos direitos! Queremos os nossos salários!” Veio a tropa de choque, houve confrontos violentos. A Foxconn teve que mentir para recuar: “Pedimos desculpas por um erro informático e garantimos que a remuneração será a acordada”. Por fim, o patrão ofereceu aos milhares de novos contratados um prémio de 10.000 yuans (cerca de três meses de salário) para eles abandonarem a empresa! Mais de 20.000 terão aproveitado a oportunidade.

O sórdido explorador da Foxconn aproveitou-se da política de “mercado aberto” do PCC, que dá aos patrões a liberdade de violar as leis laborais. Mas a revolta contra os confinamentos burocráticos converge com a luta contra a exploração.

Em Pequim canta-se "A Internacional" na rua, contra o regime!



Os confrontos na fábrica da Foxconn alimentam a revolta que germina pelo país contra as medidas burocráticas de contenção da Covid impostas pelo governo.

Em Urumqi, capital de Xinjiang, dez pessoas morreram num incêndio que, ao que parece, poderia ter sido evitado sem a draconiana forma de contenção. A população, tanto a de etnia uigur (“muçulmanos”) como han chinesa (existe há décadas uma situação etnicamente tensa na região), saiu às ruas, unida, em revolta comum contra o regime opressor.

Em Wuhan, milhares de jovens e moradores quebraram, por sua vez, as barreiras de contenção do confinamento. Em Xangai, os manifestantes prestaram homenagem às vítimas do incêndio, brandindo lençóis brancos a simbolizar a censura: “Não é preciso escrever nada, todos sabem por que estamos aqui”.

Numa faculdade em Nanquim, os alunos cantam o hino nacional chinês, uma canção revolucionária que começa assim: “Levantai-vos! Levantai-vos, vós que não quereis ser escravos!”

Na noite de 26 de Novembro, estudantes da Tsinghua, a prestigiada Universidade de Pequim, reuniram-se para prestar homenagem às vítimas do incêndio. O mesmo se repetiu durante o fim de semana em cerca de cinquenta universidades.

“Não precisamos de testes Covid, precisamos de comer”, ouviu-se em Pequim, onde se canta A Internacional na rua.

A gestão burocrática da situação sanitária é posta em causa em todo o lado. Medidas incoerentes e perigosas para a população confinada em casa sem se poder alimentar ou tratar normalmente são o pão nosso de cada dia. Para os funcionários do Partido Comunista Chinês (PCC), controlar a epidemia é um critério de promoção. A estupidez à compita com a selvajaria.

Este necrotério burocrático conjuga-se com a permanente censura. As autoridades controlam a opinião pública, bloqueando e apagando comentários. Os protestos são o resultado inevitável de tal situação. Atingido um ponto crítico sem explicação ou resposta adequada, a população mobiliza-se para fazer ouvir a sua voz.

A contestação da gestão burocrática levanta questões muito para lá dos confinamentos e, como se viu, converge com a luta contra a exploração.

O que acontecerá nos próximos dias? É cedo para dizer. Embora a repressão brutal de que o regime é capaz ainda não tenha surgido em pleno, o aparecimento da polícia parece ter refreado novas manifestações. Existe, contudo, um movimento empenhado, apoiado e alimentado pela mobilização popular, que dá sequência a muitos outros incidentes ao longo deste ano e preocupa todos os grandes deste mundo.

As mobilizações em curso na China têm, na verdade, o mérito de esclarecer os alinhamentos e as alianças.

Por um lado, uma aliança de facto entre o capitalismo mais poderoso do mundo, do qual a Apple é a representante emblemática, os dirigentes das multinacionais taiwanesas e os dirigentes do Partido Comunista Chinês. E, com eles, os capitalistas de todo o mundo. Segundo um despacho da AFP: “as manifestações deste fim de semana têm preocupado os investidores. E os mercados de acções asiáticos abrem em forte baixa na segunda-feira”.

A base desta aliança é a vontade comum de impor aos trabalhadores a exploração mais brutal e, para isso, privá-los de liberdade.

Do outro lado, trabalhadores de todas as partes da China, incluindo Taiwan, desfilam ao som d’ A internacional, exigindo os seus direitos.

Embora não lhes importe muito que os trabalhadores chineses desafiem o poder político do Partido Comunista, os dirigentes capitalistas ocidentais e os seus órgãos de informação não querem, no entanto, acima de tudo, ver posto em causa o princípio de exploração capitalista a que os dirigentes chineses abriram amplamente o país, entregando milhões de trabalhadores nas mãos das multinacionais!

Enquanto os chefes do capitalismo mundial pressionam e ameaçam a burocracia do PCC, sua aliada, para que ela escancare todos os mercados até à plena e completa restauração do capitalismo, os trabalhadores chineses exigem, pelo contrário, o fim da exploração capitalista.

A luta de classes, na China como em todo o mundo!

brasil

E DEPOIS DAS ELEIÇÕES?

AS ELEIÇÕES BRASILEIRAS PUSERAM FIM A TRÊS ANOS DE GOVERNO BOLSONARO

Três anos de um governo que foi responsável pelo aumento da pobreza, por mais de 700.000 mortes na pandemia de Covid-19, por um novo incremento na destruição da floresta amazônica e pelo isolamento internacional do Brasil (especialmente na América do Sul). Um governo que, rejeitado pela maioria da população, presidiu ao galope da inflação e do desemprego.

Nesta medida, a derrota de Bolsonaro e seu governo reacionário pelo mobilização eleitoral massiva dos trabalhadores e das camadas mais pobres e oprimidas da população é uma vitória da classe operária, da juventude, das mulheres e das minorias étnicas brasileiras, abrindo uma nova situação política no país.

O QUE PODERÁ SER O GOVERNO LULA/ALCKMIN?

Os resultados eleitorais expressam a polarização existente no Brasil, como no resto do mundo, resultante da crise do capitalismo e da consequente agudização da luta de classes. A polarização ficou bem expressa nos resultados eleitorais. Um presidente e um governo com o currículo acima exposto obteve 58 milhões de votos e garantiu a eleição de múltiplos governadores, senadores e deputados.

Acontece que o novo governo não deixará de ser um governo da classe dominante. Lula deixou-o bem claro na campanha para a segunda volta das eleições, que escolheu centrar não na mobilização popular, mas na vinculação à “união nacional”. Essa linha manifestara-se desde logo na escolha para seu vice-presidente de Geraldo Alckmin, um dirigente da direita burguesa, antigo ministro de Fernando Henrique Cardoso e de Temer e apoiante do golpe que demitiu Dilma.

Em contrapartida, todas as anteriores referências (ainda que modestas) às reivindicações operárias e populares foram abandonadas. Interessava oferecer “garantias” à burguesia. Na sua “Carta para o Brasil do Amanhã”, Lula comprometia-se, por exemplo, a: [sublinhados nossos]

- “(...) construir uma Nova Legislação Trabalhista (...), assegurando a competitividade e os investimentos das empresas.”
- “Nosso país tem vantagens competitivas que devem ser ativadas, especialmente nos complexos econômico-industriais da saúde, do agronegócio e do petróleo e gás.”
- “Já governámos este país. Com responsabilidade fiscal, reduzimos a dívida pública, (...)”
- “O sistema tributário não deve colocar o investimento, a produção e a exportação industrial em situação desfavorável, (...). É possível combinar responsabilidade fiscal, responsabilidade social e desenvolvimento sustentável – e é isso que vamos fazer, seguindo as tendências das principais economias do mundo.”

Em jeito de remate:

- “É com a força do nosso legado e os olhos voltados para o futuro que dirijo esta carta ao povo brasileiro. Que Deus nos ilumine nessa caminhada.”

Ficam ainda, desta “carta”, as omissões, por exemplo, do compromisso da legalização do direito ao aborto para as mulheres.

Em resumo: financiar o capital e priorizar o pagamento da dívida pública.

Onde é que já ouvimos isto? Não é mais do que a actual receita universal da burguesia para atacar a classe operária e garantir transferências monstruosas do trabalho para o capital.

A aplicação prática destas “promessas” poderá estar já em marcha com a preparação do orçamento de 2023, ponto central da agenda da transição do governo Bolsonaro para o governo Lula.



É um assunto da maior importância e que deve chamar a atenção de todos os militantes e eleitores que propiciaram a vitória de Lula, do PT.

Os Deputados e Senadores têm até ao dia 7 de dezembro para aprovar o relatório final do orçamento de 2023. Questionado se haveria espaço para gastos com algumas promessas de campanha de Lula, o relator-geral, senador Marcelo Castro (MDB-PI), declarou: o orçamento “está no osso”.

Mas só “está no osso” para as reivindicações dos trabalhadores e do povo em geral, não para o capital:

- Bolsonaro e Guedes, serviços do mercado financeiro, prepararam um orçamento de 5 biliões de reais (900 mil milhões de euros), onde cerca 2,5 biliões (50,78%) estão destinados aos juros e amortizações da dívida pública;
- o chamado *Auxílio-Brasil* baixaria para 400 reais (pouco mais de 70 euros);
- não haveria aumento do salário mínimo acima da inflação e os gastos com a saúde e a educação ficariam praticamente estagnados nuns parcos cerca de 131 mil milhões cada um (23.800 milhões de euros);
- para o saneamento, a previsão é zero e não haveria actualização da tabela do Imposto de Renda, que corrói os salários;
- no entanto, para o corrupto “orçamento secreto” dos parlamentares do “Centrão”, estão previstos 20 mil milhões (3.600 milhões de euros).

O Presidente do Banco Central, agora autónomo do governo, trabalhando diretamente para os banqueiros, teve o des-caramento de confessar que cada 1% de aumento da Taxa Básica de Juros (Taxa Selic), que incide sobre os juros da dívida pública, aumenta essa dívida em 34 mil milhões (6.200 milhões de euros). Só neste ano, a Selic já subiu 4 pontos percentuais - de 9,25% no início de 2022 para 13,25% agora. Ou seja, os especuladores com o título da dívida pública foram agraciados com 136 mil milhões de reais (24.700 milhões de euros) de lucro fácil.

O mega-investidor Mark Mobius, sócio-fundador da Mobius Capital Partners, considerado um especulador bem-sucedido nos mercados emergentes, afirmou: “Acho que Lula vai surpreender e será mais prudente com o orçamento (...)”.

Ou seja, dar algumas migalhas aos mais pobres, vítimas da fome, mas sem pôr em causa o orçamento que destina biliões aos banqueiros.

A aprovação deste orçamento de Bolsonaro e Guedes para 2023 seria o defraudar das aspirações dos eleitores, até mesmo da parte do eleitorado de Bolsonaro que acreditou, por exemplo, que ele iria aumentar o *Auxílio-Brasil* e o salário mínimo.

Por isso, o acordo em contornar a lei do tecto de despesas através de uma Emenda à Constituição (PEC) de Transição para garantir a manutenção do *Auxílio Brasil* - de novo designado como *Bolsa Família* - em 600 reais (110 euros) e o aumento real do salário mínimo, além da possibilidade da isenção de imposto de renda para quem ganha até 5 mil reais (cerca de 910 euros).

continua na pág. seguinte

continuação da pág. anterior

Mas a PEC é insuficiente para suprir as necessidades da saúde pública, ampliar os investimentos em educação pública, retomar com força a construção de moradias populares, criar empregos para a juventude e investir na agricultura familiar e na reforma agrária, entre outras questões sociais tão urgentes.

É permanece a questão fundamental: quem vai pagar a conta com os gastos previstos na PEC de Transição?

Essa conta não pode ser paga com contrapartidas de privatizações, continuação do dismantelamento dos serviços públicos e aumento dos impostos sobre a classe média, incluindo sectores operários mais bem pagos.

No que diz respeito aos impostos sobre rendimentos, a ONG OXFAM, acaba de divulgar estudos que revelam que "os 0,2% com maior rendimento no país, os super ricos, declaram que 70% deste rendimento vem dos lucros e dividendos, que não são tributados no Brasil" (desde uma lei de 1995 instituída pelo governo FHC).

O empresário Sérgio Zimerman, fundador e CEO da Petz, uma empresa de produtos para animais de estimação, teve a coragem de declarar recentemente em uma entrevista no Portal Terra: "Eu, como CEO da companhia, pago menos imposto do que um operador de caixa da minha empresa. Isso é uma vergonha. Não acho que um país pode dar certo com esse tipo de mentalidade".

AS TAREFAS QUE, NO NOVO CONTEXTO, SE COLOCAM AOS REVOLUCIONÁRIOS

A vitória de Lula é uma vitória da classe operária, na medida em que resulta das lutas anti-Bolsonaro nos anos que precederam as eleições e não da aliança com a burguesia.

Estas lutas apenas não derrubaram Bolsonaro na rua porque foram contidas pela política das direcções de canalizar o descontentamento popular exclusivamente para o palco eleitoral, garantindo a continuidade dos governos do capital e reforçando o "bolsonarismo" pelo recuo da consciência de classe provocado em alguns sectores da classe operária.

Um governo de "unidade nacional", ao serviço da burguesia, dando continuidade à espoliação permanente das finanças

públicas por banqueiros e especuladores através de uma dívida pública ilegítima - que quanto mais se paga, mais ela cresce - enfrentará inevitavelmente a intensificação da luta de classes (acompanhada pelas tentativas de desestabilização do "bolsonarismo").

O resultado da luta contra as políticas deste governo e dos previsíveis enfrentamentos que se avizinham (de que foram premonitórios os bloqueios "bolsonaristas" e a resposta contra eles de sectores operários, em alguns, poucos, casos) depende da mobilização independente da classe operária, com as suas organizações sindicais e políticas face ao governo subordinado à burguesia e ante a ameaça do "bolsonarismo".



É para responder a esta situação que os revolucionários se devem preparar.

Um governo dos trabalhadores decretaria de imediato o confisco dos 2,5 biliões de reais (450 milhões de euros) destinados aos banqueiros e especuladores previstos no orçamento de 2023, aplicando-os na resposta às reivindicações urgentes dos trabalhadores, da juventude e da maioria do povo brasileiro.

O único caminho é, pois, o da mobilização independente e unida de toda a classe trabalhadora, dos sem-terra, de todas as populações oprimidas, na luta intransigente por um governo dos trabalhadores, sem patrões nem generais!

ucrânia

NA UCRÂNIA... a RADA liquida a segurança social

Na Rada Suprema (Parlamento Ucrainiano), o regime dos oligarcas continua a aproveitar a guerra para atacar a classe operária ucraniana.

Depois do rude golpe contra os direitos dos trabalhadores da individualização dos contratos de trabalho em empresas com menos de 250 funcionários (onde trabalham 75% dos trabalhadores ucranianos), a Rada votou desta feita a lei 3663:

- A partir de 1 de Janeiro de 2023, dezenas de milhões de trabalhadores ucranianos perderão a segurança social!
- Auxílio na doença, pensão por invalidez, pagamento do salário a mulheres em licença de maternidade foram algumas das conquistas herdadas da Revolução de Outubro de 1917. Até agora nenhum governo, desde o colapso da União Soviética em 1991, tinha conseguido impugná-las.

O Projeto de Lei 3663, de 2020, havia sido anteriormente rejeitado pela Rada. A guerra facilitou agora a sua adopção, em Outubro.

A lei funde o Fundo de Pensões do Estado com o Fundo de Segurança Social do Estado. Com a fusão, o défice do Fundo de Pensões, até então compensado pelo Estado, engolirá os fundos da Segurança Social, que por isso deixarão de poder assegurar as suas prestações. No prazo imediato, 5.000 funcionários da previdência perderão os seus empregos. No curto prazo, o que cabia à Segurança Social poderá ser entregue aos seguros privados. Apenas uma pequena minoria terá condições para os contrair.

Já em janeiro de 2020, Galina Tretyakova, presidente do Comité de Assuntos Sociais, declarou: "A descomunicação do sistema de segurança social [leia-se: privatização e destruição das conquistas sociais] elevará o Fundo aos padrões internacionais, o que tornará possível a transferência [das suas atribuições] para o seguro privado."

A fundação britânica openDemocracy (financiada pela Ford e outros capitalistas não hostis a Zelensky) comenta: "Os sindicalistas acreditam que o seu próprio governo os está a atacar (...), enquanto os sindicalistas, mobilizados para a guerra (...) não podem abandonar a frente para defender os seus direitos."

rússia

...NA RÚSSIA a DUMA quer restaurar o trabalho infantil

Na Duma Estatal (Parlamento Russo), o regime dos oligarcas aproveita a guerra para atacar a classe operária da Federação Russa.

Depois de ter aprovado uma jornada de trabalho de 12 horas e a abolição dos feriados e dias de folga na indústria militar, enquanto atirava sindicalistas como Kirill Ukraintsev e Anton Orlov para a prisão, o regime de Putin quer desferir um novo golpe contra os trabalhadores.

A Duma foi confrontada por um grupo de deputados do partido Rússia Unida, de Putin, com um projeto de lei que permite o trabalho infantil a partir dos 14 anos.

Justificam esta violação do Código do Trabalho com o colapso económico na Rússia devido às sanções internacionais. Ao que se deve acrescentar que a mobilização privou milhares de empresas de parte de sua força de trabalho, enviada para a frente de combate.

Lembre-se que foi a revolução de outubro de 1917 que proibiu o trabalho infantil na Rússia, libertando as crianças e os muito jovens da sobre-exploração nas fábricas; e que a imposição do seu restabelecimento nunca foi conseguida, apesar de todas as contra-reformas do Código do Trabalho levadas a cabo por Ieltsin e depois por Putin ao longo de trinta anos.

É, portanto, um retrocesso de mais de cem anos que os deputados do partido de Putin se preparam para fazer passar na Duma. Um retrocesso qualificado como "crime contra o futuro do país" por Oleg Shein, vice-presidente da Confederação Russa do Trabalho (KTR).

Na Novye Izvestiya de 10 de Novembro, um jornalista conclui o seu artigo dando nota de que "o comentário mais frequente sobre o projecto de lei nas redes sociais é: "Pouco falta para restaurarem a servidão!"

guerra na ucrânia

O QUE HÁ DE NOVO NA FRENTE LESTE?

A “*operação militar especial*” de Putin sofre sérios reveses. A ofensiva do exército NATO-ucraniano na região de Kharkiv, em Setembro, e a recente retirada russa de Kherson parecem confirmar a propaganda imperialista de que a Ucrânia “vai ganhar a guerra” – e, tão avassaladoras são as suas vitórias, já amanhã...

Pela nossa parte, deixaremos ao cuidado dos exércitos de “*especialistas*” encartados as considerações sobre a realidade no “teatro de operações”. Quando os canhões falam, a verdade, obnubilada pelo “nevoeiro da guerra”, é a primeira baixa. A propaganda das partes faz parte da própria guerra; as máquinas de desinformação dos beligerantes não merecem crédito.

Se fôssemos a acreditar na propaganda da NATO e dos seus esbirros em Kiev, a que o público português está constantemente exposto, a guerra caracterizar-se-ia, há meses e meses, por uma sucessão constante de violentas baixas e reveses do exército russo (ao lado de crimes de guerra sortidos), enquanto os mísseis, canhões e projectéis da NATO disparados pelo exército ucraniano teriam, quando muito, um efeito salvífico.

Episódios recentes, como o bombardeamento da central nuclear de Zaporijia e a sabotagem dos gasodutos NordStream esticaram até ao limite a credibilidade desta “*narrativa*”. A ginja veio na forma dos



Página da SIC Notícias 15-11-2022
Os serviços de informação americanos disseram!... Para quê outras fontes?

“*mísseis russos*” caídos na Polónia, que a corte de Zelensky procurou de imediato usar para envolver directamente a NATO na guerra – mas que, conforme a própria NATO apurou, foram disparados pelo exército ucraniano...

Do lado russo, o abandono, indubitavelmente negociado, de Kherson foi, não obstante, uma humilhação para Putin, sobretudo ocorrendo pouco tempo depois

da ridícula encenação da anexação dos territórios ocupados.

Tais reveses são, claramente, susceptíveis de repercussões demolidoras para o regime bonapartista de Putin, que assenta na arbitragem todo-poderosa entre os díspares interesses dos clãs oligárquicos que dividem a rapina da Rússia.

Os “*observadores*” internacionais são unânimes, não obstante, em que as sanções impostas à Rússia na sequência da invasão da Ucrânia são, para já, um enorme fracasso económico. As exportações que a Rússia perdeu foram compensadas pelo aumento dos preços do petróleo e gás, por um lado, e pelo aumento das vendas à China, à Índia...

Também socialmente o regime não é ainda seriamente desafiado. Grande parte da população russa – incluindo grande parte da classe trabalhadora – vê esta guerra, independentemente da sua desconfiança para com o regime, como uma guerra da NATO e do imperialismo americano contra a Rússia.

Enquanto isso, do lado ucraniano as perigosas manobras do regime fantoche de Zelensky para atrair o imperialismo americano e os seus aliados da Nato para a guerra aberta contra a Rússia, provocando, se necessário, uma conflagração mundial, parecem esbarrar em limites.

É do lado do Ocidente, embora haja visivelmente a disposição para enviar cada vez mais dinheiro e armas para que o exército de Zelensky lute até ao último ucraniano pelo enfraquecimento decisivo do exército e do Estado russo, não há disposição (em todo o caso, para já) para, por exemplo, deixar o exército de Kiev atacar território russo com armamento anti-aéreo de longo alcance. O objectivo de Washington, que puxou publicamente as orelhas a Zelensky no caso dos “*mísseis russos*” caídos na Polónia, é uma guerra de atrição, em que o progresso da NATO se faça sobre pilhas de cadáveres russos e ucranianos. A defesa de um centímetro que seja de território ucraniano (e muito menos o povo ucraniano) pouco lhes interessa.

Entretanto, a guerra faz pelo capitalismo o que a guerra sempre faz pelo capitalismo, que... esfrega as mãos com os lucros advindos do aumento do custo das energias, da especulação com todo o tipo de produtos, da indústria de armamento e do ataque inflacionário aos salários dos trabalhadores de todo o mundo.

O preço, os milhares de mortos, feridos, desalojados e condenados a condições de vida sub-humanas; os biliões de dólares gastos em armamento e noutros apoios à Ucrânia; a crise económica de proporções

Donde vem a guerra na Ucrânia

É importante lembrar o contexto. A guerra na Ucrânia não é um mero confronto entre duas nações beligerantes. O seu ponto de ignição foi a iminência de o cerco militar da NATO à Rússia se fechar na Ucrânia oriental. Esse cerco traduzia uma escalada que tem ocupado o último quarto de século. Para sair do atoleiro das suas próprias crises económicas sucessivas, o imperialismo americano precisa de abrir à expansão dos seus capitais e do seu domínio económico as poucas zonas do globo que, em parte, ainda lhe escapam.

Em causa está, sobretudo, a promessa do acesso livre aos gigantescos mercados e fontes de matérias-primas da China, onde a extensão da propriedade social, assim como o controlo pelo Estado do comércio externo, dos mercados e da circulação de capitais são empecilhos que é agora necessário remover. A Rússia, onde o Estado bonapartista e a oligarquia mantêm também algumas coutadas de acesso restrito para o imperialismo, é apenas um preâmbulo. O objectivo político-militar declarado da administração Biden e dos seus lacaios em Bruxelas é o enfraquecimento militar e económico da Rússia – arrastando, sem dúvida, o colapso da Federação e do Estado.

O regime ucraniano, saído do confronto entre camarilhas oligárquicas em tudo idênticas às russas, é agora dominado, após várias confrontações e golpes, pelos sectores que se conformam com um papel de batedores na pilhagem do país pelo capital americano e europeu, a exemplo dos outros países do Leste saídos do desmoronamento da União Soviética e do Pacto de Varsóvia.

gigantescas que se abate sobre as populações em todo o mundo, a proximidade de um conflito global de consequências incalculáveis, é, no fim de contas, o preço natural do capitalismo decadente.

É o que o capitalismo, na sua fase final, tem para oferecer à humanidade.

Para deter a marcha para o abismo, resta, pois, um só caminho: o da mais larga unidade internacionalista das classes trabalhadoras de todo o mundo contra os regimes fautores de guerra, contra a guerra imperialista, contra cada governo imperialista.

Nem Putin, nem Biden, nem NATO!
Retirada das tropas russas da Ucrânia!
Retirada das tropas da NATO da Europa!
Dissolução da NATO!
Repatriação imediata de todos os contingentes portugueses estacionados na Europa de Leste e no mundo!

BOLETIM O Trabalho

Publicado pelo grupo “O Trabalho”
Página web: <http://ainternacional.pt>
Responsável: José Júlio Santana Henriques
e-mail: jose.santanah@gmail.com